



Senado aprova indenização para soldados da borracha



Moreira Matiz/Agência Senado

Viana (sentado), do Acre, que presidiu a sessão, e senadores do Norte e Nordeste comemoram resultado com deputada Perpétua Almeida (de rosa), filha de seringueiros

Seringueiros da Amazônia durante a 2ª Guerra Mundial terão direito a R\$ 25 mil em cota única

Dos 55 mil trabalhadores que foram recrutados pelo governo para extrair material usado na guerra, mais da metade morreu na época devido às péssimas condições de trabalho. Valor fixado na PEC 61/2013 beneficiará 5.879 soldados da borracha que estão vivos e cerca de 6 mil dependentes. **3**

Jucá será relator do Orçamento de 2015 e Vital, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2

Revista sobre Copa 2014 reflete trabalho do Senado 2



Sheyla Leal/Agência Senado

Ana Amélia, Davi Emerich, Cyro Miranda, Valadares e Lidice da Mata, ontem

Projeto fixa regra para desmonte de carro

O Senado aprovou ontem projeto que disciplina a desmontagem de veículos e cria um banco nacional de dados sobre

carros desmontados. A proposta, que pode ajudar a combater o furto e o roubo de carros, segue para sanção. **7**



Reprodução/Pomnola 68

Pilha em ferro-velho: pelo projeto, veículo só poderá ser desmontado após a emissão de certidão de baixa do registro

Marco Civil da Internet é sancionado por Dilma durante evento internacional 6

Especialistas: educação precisa de mais dinheiro e melhor gestão 5

País recicla apenas 3% dos resíduos sólidos urbanos 4

Custo Brasil prejudica livre comércio, dizem empresários 8

Rosa Weber decide por CPI apenas da Petrobras

Ministra do Supremo Tribunal Federal atendeu, em caráter provisório, pedido de senadores opositores e rejeitou proposta de governistas para investigar também metrô de São Paulo e Porto de Suape. Decisão passará pelo Plenário do STF. **8**



Richard Conson/Agência Petrobras

Denúncias de irregularidades na compra da refinaria de Pasadena (EUA) pela Petrobras em 2006 motivou pedido de CPI

Vital é o relator da LDO e Jucá, da Lei Orçamentária

Nomes foram escolhidos ontem pela Comissão Mista de Orçamento. Jucá acredita que é possível aprovar diretrizes orçamentárias antes da Copa do Mundo e Orçamento de 2015 ainda este ano

O SENADOR VITAL do Rêgo (PMDB-PB) será o relator do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. A relatoria da Lei Orçamentária Anual (LOA) ficará a cargo do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Os nomes foram definidos ontem em reunião dos líderes na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que volta a se reunir terça-feira, às 14h.

Em entrevista, Jucá explicou que a escolha de seu nome, em que pese já ter relatado a proposta orçamentária em anos anteriores, foi resultado de um acordo político com os demais integrantes da CMO, que aceitaram de forma unânime a indicação, encaminhada pelo líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

Ao ser indagado sobre a possibilidade de a LDO ser aprovada antes da Copa do Mundo, que começa em 12 de junho, Jucá afirmou que “quando há sintonia de trabalho, vontade política e entendimento, sempre é possível construir”.

Ele avaliou ainda que as eleições presidenciais não vão interferir na tramitação da LDO, que dará origem à LOA, a ser encaminhada pelo governo federal ao Congres-



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Com Copa e eleições, Vital terá pouco tempo para relatar LDO

so em agosto. Ele enfatizou que Vital do Rêgo terá pouco tempo para relatar a proposta, devido à realização da Copa do Mundo e das eleições gerais.

— Vou acompanhar a relatoria da LDO como membro da Comissão de Orçamento e como parceiro de Vital. Vamos trabalhar em consonância, preparando também a proposta orçamentária, já que este ano é de eleição e, portanto, bastante curto no que diz respeito à votação — afirmou.

O relator da LOA disse que a votação do texto deverá



Léo de Paula/Agência Senado

Jucá avalia que Orçamento de 2015 deve ser votado só após outubro

ocorrer provavelmente só após outubro. Dessa forma, afirmou, restarão os meses de novembro e dezembro “para fazer um trabalho compactado e focado” na aprovação do Orçamento de 2015 ainda em 2014.

Jucá disse que não haverá necessidade de refazer a LOA, caso a presidente Dilma Rousseff não seja reeleita. Segundo ele, qualquer ajuste ou solicitação de bancada vai ser analisada no sentido de viabilizar uma peça orçamentária que seja realista para o país.

Plenário decidirá entre três candidatos ao TCU

O Plenário deverá escolher entre três técnicos sabatinados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o novo integrante do Tribunal de Contas da União (TCU), que ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Valmir Campelo. Em seguida, a indicação do Senado deverá ser votada pela Câmara dos Deputados.

Após as sabinas de ontem, os 26 senadores presentes decidiram que os três indicados são aptos ao cargo. O consultor legislativo do Senado Bruno Dantas, indicado pela base do governo, recebeu 20 votos favoráveis, enquanto o consul-

tor de Orçamento Fernando Moutinho teve 14 votos. Já o auditor do TCU Sérgio da Silva Mendes, indicado pelo senador Vicentinho Alves (SDD-TO), obteve 11 votos favoráveis.

O parecer da CAE se restringe ao cumprimento, pelos postulantes, de requisitos de qualificação para o cargo. A escolha do novo ministro caberá ao Plenário, para onde as indicações foram encaminhadas em regime de urgência.

Simplificação

Primeiro a falar, Bruno Dantas concordou com a sugestão do líder do governo, senador

Eduardo Braga (PMDB-AM) quanto à adoção de métodos simplificados, conforme o porte dos municípios, para a avaliação e para a prestação de contas.

Em resposta ao senador Pedro Taques (PDT-MT), Dantas disse que o TCU, “ao marchar na direção de atuação resolutiva, e não apenas repressiva, segue um bom caminho”.

O auditor Sérgio Mendes também defendeu a atuação preventiva do tribunal, pelo fato de ser “muito baixo o índice de recuperação” de dinheiro desviado. Ele afirmou que a posição do TCU favorável a mecanismos alternativos à paralisação de obras, como a retenção de parcelas do pagamento em favor do empreiteiro, marca a evolução de uma postura de simples avaliação do risco econômico para a atenção ao risco social.

Outro sabatinado, Fernando Moutinho concordou com a observação de Ana Amélia (PP-RS) de que o país é pouco auditado e defendeu a atuação do TCU na paralisação de obras com suspeitas de irregularidades, alvo de críticas durante a reunião.



José Cruz/Agência Senado

Lindbergh (C) preside sessão que sabatinou os três indicados a ministro do TCU

Senadores lançam revista *Em Discussão!* sobre a Copa 2014

A Secretaria de Comunicação Social do Senado lançou ontem a 20ª edição da revista *Em Discussão!*, que apresenta o papel dos senadores na Copa do Mundo de 2014.

Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da Comissão de Educação (CE), afirmou que a revista reflete o trabalho “minucioso e dedicado” do Legislativo para garantir que “o dinheiro do contribuinte fosse investido com responsabilidade”. Ele destacou o texto que lembra a Copa de 1950.

— “Falhas de 1950 se repetem em 2014”. Quer dizer, não é novidade o improvável.

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Comissão de Desenvol-

vimento Regional e Turismo (CDR), a revista mostra as contribuições do Legislativo.

— A Lei Geral da Copa é uma, assim como o Regime Diferenciado de Contratações, para acelerar as obras.

Relatora da lei geral, Ana Amélia (PP-RS) vê um instrumento de transparência.

— A revista é um retrato fiel do que foi feito ao longo dos últimos dois anos — disse.

Também esteve no evento Lídice da Mata (PSB-BA).

O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich, destacou a pesquisa do DataSenado que mostrou a população dividida.

Leia a revista em www.senado.leg.br/emdiscussao.



Sheyla Leal/Agência Senado

Flávio Faria, João Carlos Teixeira, Davi Emerich e senadora Ana Amélia

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Regime Diferenciado de Contratações Públicas

14h A pauta está trancada por quatro medidas provisórias. Entre as MPs, a que estende o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) a qualquer obra da administração pública.

CRA Incentivo a agrotóxico de baixo risco à saúde

8h30 A Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, a fim de reduzir os perigos dos defensivos agrícolas nos alimentos, deve ser votada na comissão. Outro projeto em análise aumenta o valor da multa por descumprimento de normas reguladoras do trabalho rural.

CRE Indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa as indicações de Marcos Vinicius Pinta Gama para embaixador na Suécia e na Letônia e de Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura para a Bulgária e a Macedônia.

CAS Audiência sobre o exame de ordem da OAB

10h Em debate na Comissão de Assuntos Sociais, o exame de ordem promovido pela OAB. O ministro da Educação, Henrique Paim, é um dos convidados da audiência.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; às **10h**, reunião da **Comissão de Relações Exteriores**. E, às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Trabalhadores dos seringais da Amazônia durante a 2ª Guerra Mundial serão indenizados em pagamento único. Pensão mensal continuará sendo de dois salários mínimos

Soldados da borracha receberão R\$ 25 mil

O PLENÁRIO APROVOU ontem, em dois turnos, uma indenização de R\$ 25 mil, em pagamento único, para os soldados da borracha — trabalhadores que durante a 2ª Guerra Mundial foram recrutados pelo governo para extrair seringa na Amazônia. Uma pensão vitalícia de dois salários mínimos será mantida. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2013 segue para promulgação do Congresso.

Dos cerca de 55 mil soldados da borracha, apenas 5.879 estão vivos. A indenização poderá ser recebida também pelos dependentes, totalizando cerca de 12 mil beneficiários.

Com promessa de melhor qualidade de vida, os soldados da borracha foram recrutados — a maioria no Nordeste — pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), mais da metade morreu devido às péssimas condições de trabalho. A borracha produzida era enviada aos Estados Unidos e usada nos equipamentos dos Aliados para a guerra contra as forças do Eixo.

Sérgio Petecão (PSD-AC) votou a favor da proposta, mas argumentou que não se trata de uma vitória dos soldados da borracha. Para ele, a justiça seria mesmo feita se a pensão

mensal passasse a ser de sete salários mínimos.

— O povo do Acre esperava muito mais. Esperávamos que fosse reconhecido o trabalho desses verdadeiros guerreiros que dedicaram toda a vida pela região amazônica — afirmou.

Mário Couto (PSDB-PA) fez coro com Petecão na defesa de uma pensão maior para os soldados da borracha. Para ele, a proposta não reconheceu a bravura, a honestidade e o respeito merecidos por esses brasileiros.

Vanessa considera que a aprovação da PEC é uma conquista importante para milhares de brasileiros.

— Só diz que isso não é uma vitória quem nunca conversou com um soldado da borracha — afirmou a senadora, em apoio ao relatório de Anibal Diniz (PT-AC).

Entendimento

Para o relator, o projeto faz justiça “a esses heróis nacionais”. Segundo ele, os R\$ 25 mil e a garantia dos dois salários mínimos de pensão foram resultado de entendimento entre as lideranças partidárias para viabilizar a aprovação do texto, após 12 anos de debates, desde que Vanessa apresentou a primeira PEC com esse objetivo, quando era deputada federal. Na ocasião, ela pretendia igualar a pensão dos soldados da



Seringueiros relatam a experiência durante audiência no Senado, no ano passado

borracha à dos ex-pracinhas que combateram na guerra.

— A manutenção do vínculo ao salário mínimo não é um prejuízo para o soldado da borracha, mas é um ganho, porque se ele perdesse esse vínculo, certamente com a política de valorização do salá-

rio mínimo que nós temos no Brasil, com o passar dos anos teria prejuízo — disse Anibal.

Eduardo Braga (PMDB-AM) ressaltou a compreensão do governo federal para a questão humanitária relacionada aos soldados da borracha.

— Essas pessoas dedicaram

uma vida não apenas no esforço de guerra, mas também à conservação e à preservação do maior patrimônio do povo brasileiro, que é a Floresta Amazônica.

Uma grande parte dos soldados da borracha veio do Ceará. Foi o que lembrou Inácio Arruda (PCdoB-CE).

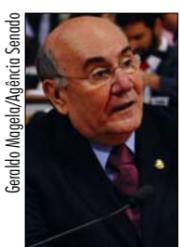
— Hoje nós estamos oferecendo uma pequena reparação, mas é uma reparação a uma luta extraordinária desenvolvida por esses homens — afirmou o senador.

No exercício da Presidência do Senado, Jorge Viana (PT-AC) disse que a aprovação da proposta trouxe justiça a muitos brasileiros. Anunciou ainda que será marcada uma data para a promulgação da emenda constitucional.

O primeiro signatário da PEC 61/2013 foi o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). A votação ontem no Senado foi acompanhada pela deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), filha de seringueiros.

Em audiência feita no ano passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os seringueiros relataram as condições difíceis enfrentadas por eles nas florestas, no esforço de guerra da década de 40, e disseram que foram submetidos a regime de trabalho classificado de semiescravidão.

Comissão acata regras para produção da palma, fonte do azeite de dendê



Genildo Magalhães/Agência Senado

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 119/2013)

que cria o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil. Palma de óleo, ou dendezeiro, é a fonte do azeite de dendê. A proposta é do Poder Executivo e será votada, em seguida, pelas Comissões de Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA).

Ao estabelecer diretrizes para o zoneamento agroecológico da palma de óleo, o PLC 119/2013, relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), submete a produção às regras de proteção do meio ambiente, conservação da biodiversidade, utilização racional dos recursos naturais e respeito à função social da propriedade.

Outra preocupação é proibir a supressão de vegetação nativa para a expansão do plantio de palma de óleo em qualquer ponto do território nacional.

Paulo Paim comemora aposentadoria especial para pescadores

Paulo Paim (PT-RS) comemorou na terça-feira a aprovação pelo Senado do projeto que concede aposentadoria especial a pescadores a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária. O texto também assegura a contagem do período de defeso — em que a pesca fica suspensa para proteger a reprodução das espécies — como tempo de contribuição.

— O Brasil possui um extraordinário potencial para a produção de pescado e nós temos que valorizar nossos pescadores — afirmou o senador, que apontou um salto na indústria da pesca nos últimos dez anos.

O texto foi aprovado há cerca de duas semanas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seguirá para a Câmara dos Deputados.

Paim também lembrou o Dia do Metalúrgico, comemorado em 21 de abril, e recordou ter conhecido o mundo do trabalho nessa profissão, garantindo que continuará lutando pelos direitos dos trabalhadores.

Ângela quer aprovação da PEC de servidores de ex-territórios federais

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a aprovação em segundo turno, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 111/2011, que permite aos servidores públicos dos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima admitidos entre a transformação em estado e a efetiva instalação (ocorrida em outubro de 1993) optarem por fazer parte de quadro da administração federal.

A aprovação da proposta, disse a senadora, é muito esperada por esses servidores públicos e também pelos governadores dos dois estados da Federação.

— Então, eu queria apelar desta tribuna a todos os deputados federais para que sejam sensíveis a essa demanda, que é de grande importância para os servidores dos dois estados. Trata-se de servidores públicos federais que serviram aos estados sem medir esforços, imbuídos de sentimento de dedicação, compromisso e fidelidade aos interesses da União.

Gurgacz: União vai comprar polpa de agricultores familiares

Acir Gurgacz (PDT-RO) informou ontem que a bancada de Rondônia se reuniu com técnicos da Conab e do Ministério da Agricultura para tratar da comercialização de polpa de frutas pelos produtores familiares do estado.

Desde novembro de 2013, os agricultores estão proibidos de vender a produção para os Programas Nacionais de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA), medida que “prejudica 70 mil estudantes, que deixarão de ter uma merenda escolar equilibrada, e também os produtores, que, apesar de investirem dinheiro nesse negócio, estão impedidos de comercializar a produção”, alertou o senador.

— Para resolver a situação, os diretores da Conab e o Ministério da Agricultura se comprometeram a modificar o Manual de Operação da Conab, como medida de curto prazo para o escoamento da polpa de fruta produzida pela agricultura familiar — informou.

Mozarildo defende critérios para criação de municípios



Mozarildo Cavalcanti/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RO) defendeu a aprovação de projeto que define critérios para criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios.

O senador foi autor de projeto com o mesmo objetivo, anteriormente aprovado pelo Congresso, mas vetado integralmente sob o argumento de que criaria despesas.

Pela nova proposta, a criação de municípios respeitará critérios de número de habitantes e área.

Quanto ao critério populacional, na Região Norte serão necessários, no mínimo, 6 mil habitantes para que numa área seja criado um novo município. Só que a área mínima prevista para abrigar o município é igual em todo o Brasil: 200 quilômetros quadrados. Esse critério, para Mozarildo, não leva em conta as peculiaridades regionais e pode inviabilizar a criação de alguns municípios.

Brasil é o quinto maior produtor de lixo urbano

País recicla apenas 3% dos resíduos sólidos das cidades e, mesmo assim, graças ao esforço de catadores. Segundo dados apresentados em audiência, um terço de todo o lixo urbano é potencialmente reciclável

APENAS 3% DOS resíduos sólidos produzidos nas cidades brasileiras são reciclados, apesar de um terço de todo o lixo urbano ser potencialmente reaproveitável. E essa reciclagem só é viabilizada pelo esforço de catadores, que enfrentam falta de apoio do poder público e desconhecimento da população. A situação foi apresentada em debate na Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Segundo Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, o país produz 63 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, sendo o quinto maior gerador de lixo urbano. O brasileiro produz 383 quilos de lixo per capita ao ano, volume que cresceu 21% nos últimos dez anos, enquanto a população brasileira aumentou 9,6% no período. Carlos Roberto informou que 60% dos municípios têm “alguma iniciativa” de coleta seletiva.

— Isso não significa que tenham coleta seletiva em todo o território ou que tenham programa formalizado porta a porta, apenas que o município está aberto ao tema — disse.

Ronei Alves, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, disse que o material proveniente da coleta seletiva em Brasília é despejado em lixões e lá os catadores fazem a coleta a céu aberto e sem estrutura adequada.

— Coleta seletiva não é só



Cícero Lucena, Carlos Roberto, Ronei Alves e Zilda Veloso em subcomissão

pintar o caminhão de verde. É a população separar seus resíduos em casa e, em dias alternados, recolher os secos e os orgânicos, destinar os perigosos para pontos de coleta específicos. Infelizmente, isso não acontece — lamentou.

Esclarecimento

Carlos Roberto sugeriu programas permanentes de esclarecimento e incentivos à separação do lixo, punições para descarte de materiais recicláveis no sistema regular de limpeza urbana e taxa para coleta proporcional à geração de resíduos.

— Aquele que mais gerar lixo deve custear o sistema.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Zilda Veloso, apontou a necessidade de integração dos envolvidos na logística reversa, que é “a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para o reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final

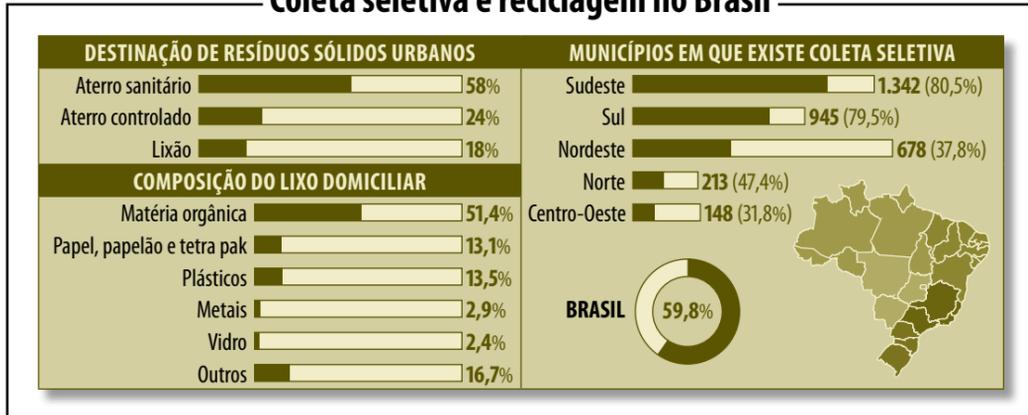
ambientalmente adequada”. Ela aponta como corresponsáveis os consumidores, os fabricantes e comerciantes, o órgão público responsável e os catadores. José Antônio da Motta Ribeiro, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), informou que há no país cerca de 500 mil catadores de recicláveis, mas apenas 10% deles participam de alguma das 1,1 mil associações existentes.

Cícero Lucena (PSDB-PB), que preside a subcomissão, manifestou preocupação com a restrição de recursos públicos previstos este ano para a gestão de resíduos sólidos.

— É o menor orçamento do governo federal dos últimos anos, insuficiente para cumprir a lei [Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos] — disse.

Ao final do debate, foi aprovado requerimento de audiência pública sobre o custeio da política de logística reversa e a tributação no setor de resíduos sólidos.

Coleta seletiva e reciclagem no Brasil



Fonte: Abreipe

Rolleberg prega igualdade no Distrito Federal



Rodrigo Rolleberg saúda os 54 anos de fundação da capital federal

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) saudou os 54 anos de Brasília defendendo a adoção de políticas que ajudem a capital do país a superar a desigualdade social, econômica e cultural da população.

Ele reconheceu que o abismo social não é exclusivo de Brasília. Observou que as injustiças geradas pelas desigualdades

são reproduzidas e multiplicadas na capital do país.

Por isso, na avaliação do senador, todos os setores da capital clamam por mudanças estruturais.

— A justiça social e o bem-estar têm que estar em toda Brasília. O DF tem que ser pensado como um lugar para todos — disse.

Comissão aprova Simone Freire para diretoria da ANS

Por 17 votos a 1, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em reunião ontem, o nome da advogada Simone Sanches Freire para o cargo de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), instituição que atua na regulação dos planos de saúde. Indicada pela Presidência da República, Simone é atualmente diretora-adjunta de Gestão do órgão. A indicação segue agora para o Plenário em regime de urgência.

Durante a sabatina conduzida pelo presidente do colegiado, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), Simone afirmou que a ANS vem continuamente aperfeiçoando seus processos de trabalho, mas que um dos grandes desafios é justamente aprimorar as ações do órgão na área de fiscalização.

A demora para agendar consultas, segundo o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), é hoje a maior queixa de usuários de planos de saúde. Resolução da ANS de dezembro de 2011 fixou prazo máximo para a marcação de consultas, exames e cirurgias. Para consultas básicas, como pediatria, ginecologia e obstetrícia, o

prazo máximo é de sete dias. Segundo Cyro, esses prazos não vêm sendo respeitados.

— A estipulação do prazo máximo de atendimento foi uma vitória para os beneficiários. A reclamação do consumidor é o insumo das nossas ações — ponderou a indicada.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) questionou quais ações podem ser tomadas pela ANS para ajudar a melhorar as relações entre os planos de saúde e os prestadores de serviços.

— A agência trabalha deixando uma margem de negociação entre as pessoas. Estamos com um grupo trabalhando em um normativo que incentive boas práticas entre operadoras de plano de saúde e prestadores — disse Simone.



Simone Freire é paulista e graduada em Ciências Jurídicas

Segue ao Plenário indicação de Moutinho para a Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o economista José Carlos Magalhães da Silva Moutinho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Indicado pela Presidência da República, ele recebeu 17 votos a favor e 1 contra. A indicação segue com urgência para o Plenário.

Com 61 anos, Moutinho é português e, pela lei, possui igualdade de direitos e obrigações civis e de direitos políticos no Brasil. Atualmente é gerente de Projetos do gabinete do diretor-presidente da Anvisa.

Ao responder a Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da indicação, sobre o reajuste dos medicamentos, Moutinho ponderou que a atual fórmula favorece o cidadão.

— Enquanto a inflação no último ano foi de 5,8%, o índice médio fixado para o reajuste foi de 3,35%. Naquelas áreas em que a concorrência é maior, o próprio mercado regula. Onde há pouca concorrência, a fórmula puxa para baixo — disse.

Moutinho afirmou que a Anvisa tem se preparado

para fiscalizações na Copa do Mundo. A declaração foi dada em resposta a Ana Amélia (PP-RS), que lembrou uma série de problemas em bares e restaurantes próximos a estádios durante a Copa das Confederações, no ano passado.

Os senadores elogiaram o currículo do indicado. Segundo Vital do Rêgo, o governo tem acertado ao indicar servidores com perfil técnico para as agências reguladoras.

Servidor público da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Moutinho está cedido à Anvisa desde 2000. No órgão, já exerceu, entre outros, os cargos de gerente-geral de Medicamentos e diretor-adjunto.



Moutinho diz que o cálculo de preço de remédios favorece os cidadãos

Convidados da comissão temporária que trata do financiamento do setor defendem também turno integral e melhor formação dos professores

Especialistas: além de mais dinheiro, educação requer melhor gestão

ALÉM DE ELEVAR o volume de recursos para a educação, é igualmente importante melhorar a gestão da área. Essa foi uma das conclusões dos convidados da audiência pública promovida pela comissão temporária criada para propor soluções para o financiamento da educação.

Priorizar a formação e a carreira do professor e envolver os pais no processo educacional também foram sugestões dos participantes.

Antonio Jacinto Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social, relacionou os bons resultados das notas escolares à melhoria de renda do aluno e à redução das desigualdades.

Ele defendeu mais articulação entre as secretarias municipais e estaduais de Educação com o governo federal e setores da sociedade para a elaboração de políticas para a área. Uma das propostas é aumentar o investimento na educação integral.

Financiamento

Especialista em finanças públicas, Raul Velloso apontou os gastos com funcionalismo, previdência e assistência social como os que consomem



Na audiência, conduzida por Ângela Portela e Cristovam Buarque (C), foi defendido ainda o envolvimento dos pais

boa parte do Orçamento do país. Com a carga tributária que também sufoca a economia nacional, ele chama a atenção para a insustentabilidade das contas públicas e prevê muita dificuldade para investir mais em educação se não houver grandes reformas.

Nelson Cardoso Amaral, representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, também considera a dinâmica populacional, a distribuição de renda e o crescimento econômico como essenciais para aumentar o volume de recursos.

— É necessário que seja dado esse salto financeiro para que a gente possa exigir da educação brasileira uma competitividade — disse.

Marta Teresa da Silva Arretche, professora do Departamento de Ciência Política da USP, lembrou que novas fontes de recursos com tributação, caso de impostos e taxações como a CPMF, requerem antes aumento na credibilidade da educação pública. Ela citou como exemplo a melhoria gradual no desempenho dos alunos da rede municipal.

— Para além da questão do financiamento, que é impor-

tante e estratégica, é necessário entendermos melhor quais são os mecanismos que estão produzindo o fracasso ou o bom resultado escolar — afirmou.

Federalização

A proposta de federalização da educação de Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da comissão, dividiu a opinião dos debatedores. O senador defende a transição do atual sistema para um novo em 20 ou 30 anos. Com recursos federais, de 6,6% do PIB, ele prevê um salário de R\$ 9,5 mil para os professores.

Criação de cargos no Ministério da Cultura gera polêmica

A criação de oito cargos comissionados no Ministério da Cultura foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto (PLC 27/2014), que agora segue para votação pelo Plenário do Senado em regime de urgência, foi defendido pelo relator, Humberto Costa (PT-PE, *foto ao lado*), com críticas de Alvaro Dias (PSDB-PR, *foto abaixo*), que votou contra.



Geroldo Magela/Agência Senado

A proposta foi elaborada pelo Poder Executivo. Endossada pelos Ministérios da Cultura e do Planejamento, a criação dos cargos foi justificada por mudanças na Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998), que teriam gerado novas demandas.



Geroldo Magela/Agência Senado

Como esses cargos comissionados deverão ser ocupados a partir de 2015, a estimativa de impacto orçamentário para o próximo exercício gira em torno de R\$ 630 mil. As respectivas dotações para cobrir a nova despesa deverão ser incluídas no projeto de

lei orçamentária para 2015, conforme informou o relator do texto.

Divergências em torno do PLC 27/2014 surgiram quando Alvaro considerou inadequada a criação de cargos comissionados em ano eleitoral — “fica sempre a impressão do cabide [de emprego]” — e acusou o suposto inchaço da máquina pública no atual governo.

Em resposta, Humberto afirmou que as duas gestões do PT — dos presidentes Lula e Dilma — herdaram do governo de Fernando Henrique Cardoso “uma estrutura inchada de cargos terceirizados”, substituída pela contratação de 340 mil servidores federais por concurso público nos últimos 12 anos.

Os argumentos de Humberto Costa em favor da proposta contaram com o apoio de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que considerou a iniciativa justa tendo em vista a estrutura “enxuta” do Ministério da Cultura.

Vai a Plenário PEC que inclui transporte como direito social

O transporte poderá ser um direito social assegurado pela Constituição da República, com a aprovação ontem da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 74/2013) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ao recomendar a aprovação da proposta da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), considerou que, sem transporte, não há educação, saúde, trabalho, alimentação e lazer. “Sem transporte, a liberdade de ir e vir também fica gravemente comprometida. Impor aos mais pobres uma condenação à imobilidade, seja pelas distâncias, seja pelas tarifas,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Aloysio, direito ao transporte possibilita liberdade de ir e vir

ao mesmo tempo em que os proprietários de veículos podem usufruir de todos os espaços urbanos, é algo irreconciliável com a ideia de igualdade”, argumenta Aloysio.

Na fase de discussão, os senadores elogiaram a iniciativa da deputada Erundina e destacaram que a PEC vem num período em que a população brasileira clama por melhores serviços:

— Num momento em que o transporte público está em xeque, o proposta é oportuna, pois os brasileiros precisam de condições mais humanas e adequadas de conforto. Não por acaso, as manifestações de rua se iniciaram por conta do descontentamento geral com o preço e qualidade dos serviços — afirmou Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Na Comissão de Constituição e Justiça, os senadores concordaram em aprovar calendário especial de tramitação para a proposta. Com isso, a matéria tem o rito de tramitação reduzido. A PEC 74/2013 ainda deve passar por dois turnos de votação no Plenário do Senado.

Eduardo Suplicy lamenta morte de García Márquez

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem requerimento de voto de pesar pelas mortes do escritor colombiano Gabriel García Márquez, no dia 17, aos 87 anos, e do locutor esportivo Luciano do Valle, no dia 19, aos 66 anos. O senador destacou os principais momentos da biografia do autor de *Cem Anos de Solidão* e, sobre Luciano do Valle, disse que ele “deixa uma lacuna” na vida esportiva brasileira.

Suplicy ainda condenou os protestos contra a Copa do Mundo e disse esperar que os brasileiros deem as boas-vindas aos esportistas e aos torcedores. Para o senador, os jovens saberão cobrar um destino para os recursos financeiros que virão com a Copa.

— Vamos exigir que esses recursos sejam bem canalizados. Vamos melhorar a educação, a saúde, o transporte público — declarou.



Moneira Moritz/Agência Senado

Relatora manterá texto sobre cotas para negros em concursos

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), disse que manterá no relatório dela o texto aprovado na Câmara do projeto que determina reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais aos candidatos que se declararem negros no ato da inscrição (PL 6.738/2013). Se aprovado na CDH, o projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Esse projeto é uma política afirmativa que trata desigualmente os desiguais. Pretende assegurar, a pessoas que historicamente tiveram dificuldade de acesso ao ensino, o direito de participar em pé de igualdade. Atualmente são pouquíssimos os negros que ocupam cargos de comando no serviço público. As cotas não serão usadas na aprovação, e sim na classificação — explicou a senadora.



Lia de Paula/Agência Senado

Durante encontro internacional em São Paulo, a presidente da República agradeceu o empenho do Senado na aprovação do projeto e ressaltou a necessidade de proteção da privacidade on-line

Roberto Stuckert/PR



Entre o senador Pinheiro (3º à esq.) e o deputado Molon (D), Dilma participa de evento sobre governança da internet

Dilma sanciona a lei do Marco Civil da Internet

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou ontem a lei do Marco Civil da Internet, aprovada na terça-feira pelo Senado (PLC 21/2014). A sanção aconteceu na abertura do Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet, o NETmundial, em São Paulo.

No discurso de abertura da conferência, que trouxe ao Brasil representantes de mais de 80 países, Dilma agradeceu o empenho do Senado em aprovar “a legislação em tempo recorde”. Ela referiu-se em especial a Walter Pinheiro (PT-BA), presente no evento, e

ao deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator do marco civil na Câmara. Também citou os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Zeze Perrella (PDT-MG), relatores nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência e Tecnologia (CCT); e o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que apresentou o parecer da Comissão de Meio Ambiente (CMA) no Plenário.

Dilma defendeu a liberdade de expressão e a privacidade. — No Brasil, cidadãos, empresas, representações diplomáticas e a própria Presidência da República

tiveram suas comunicações interceptadas. Esses fatos são inaceitáveis, atentam contra a própria natureza da internet, democrática, livre e plural. A internet que queremos só é possível em um cenário de respeito aos direitos humanos, em particular à privacidade e à liberdade de expressão.

O marco civil traz princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores de acesso. Entre os princípios, estão a liberdade de expressão, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, a neutralidade da rede e a liberdade dos modelos de negócio.

Gurgacz destaca aprovação da “constituição” da rede

Waldemir Barreto/Agência Senado



Em discurso, Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a aprovação do Marco Civil da Internet, acrescentando que a elaboração do projeto teve participação ativa da sociedade.

— É uma matéria importante para toda a população. É um projeto que vale como a “constituição da internet”, com direitos e deveres dos internautas e empresas do setor — afirmou.

O senador também apelou à Defesa Civil nacional pelo reconhecimento dos decretos de calamidade pública em Rondônia, devido à cheia do Rio Madeira. A medida, segundo ele, é fundamental para a reconstrução e a retomada do desenvolvimento do estado.

Viana: norma tornou o Brasil uma referência internacional

Jonas Pereira/Agência Senado



Jorge Viana (PT-AC) saudou a sanção do Marco Civil da Internet, que considera “um avanço notável” para o país. Na opinião dele, o Brasil tornou-se referência internacional na governança da rede ao apresentar ao mundo uma legislação avançada e pausada na democracia e na transparência.

O senador, citando a presidente Dilma, repeliu o que chamou de artifícios dos órgãos de segurança dos Estados Unidos, acusados de monitorar empresas e autoridades brasileiras.

— A presidenta disse que o Brasil defende (e praticou essa defesa fazendo a legislação) a governança da internet multissetorial, multilateral, democrática e transparente — afirmou.

Aprovada ordem fixa de cargos mostrados na urna eletrônica

O Senado aprovou ontem projeto que fixa a ordem dos cargos mostrados nas urnas eletrônicas em todas as eleições. Nas nacionais, a ordem é deputado federal, deputado estadual/distrital, senador, governador e vice-governador de estado ou do Distrito Federal, presidente e vice-presidente da República. Nas eleições municipais, apa-

recerem, na sequência, vereador, prefeito e vice-prefeito.

O autor do PLC 117/2010, deputado Milton Monti (PR-SP), explicou que o eleitor estava acostumado com essa sequência de exibição dos fotos dos candidatos. Em 2010, porém, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) alterou a ordem, o que, segundo Monti, pode confundir o eleitor.

Anibal propõe aumento da participação feminina no Senado

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou em Plenário a apresentação de projeto para aumentar a participação feminina na política. De acordo com o texto, quando houver



Waldemir Barreto/Agência Senado

eleições para a renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga será reservada para a participação de candidatas mulheres.

O senador lembrou que hoje quase 90% dos senadores são homens e disse esperar que, com a mudança, mais mulheres integrem o Senado.

— Eu tenho certeza de que nós vamos contribuir para que o Brasil possa ter um protagonismo importante no equilíbrio de gênero — disse.

Jarbas cobra da Câmara votação da perda automática de mandato

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu à Câmara dos Deputados que vote logo proposta de emenda à Constituição de autoria dele (PEC 313/2013) que torna automática a perda do mandato do parlamentar condenado por improbidade administrativa ou por crime contra a admi-



Waldemir Barreto/Agência Senado

nistração pública.

Ele reclamou ontem que a proposta, aprovada em setembro de 2013 no Senado e em fevereiro por comissão especial da Câmara, há 60 dias

aguarda votação no Plenário. E como neste ano haverá Copa do Mundo e eleições, o senador ressalta que o texto precisa ser votado agora.

Vanessa lembra 30 anos da campanha das Diretas Já

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) recordou ontem, em Plenário, que 2014 marca não só os 50 anos do golpe militar, como também os 30 anos da campanha das Diretas Já, que pedia a volta da eleição direta para presidente da República, como previa emenda constitucional do então deputado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dante de Oliveira.

— Hoje, temos clara a responsabilidade e o acerto dos milhões de brasileiros que foram às ruas defender a nossa democracia. Para o PCdoB, a memorável campanha das Diretas Já mostra que a mobilização popular é imprescindível para o avanço do nosso país — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Objetivo do projeto é ajudar a combater furtos e roubos de carros e de peças. O veículo só poderá ser desmontado com certidão de baixa

Senado aprova regulamentação para desmontagem de veículos

UM PROJETO QUE disciplina a desmontagem de veículos e pode ajudar a combater o furto e o roubo de carros foi aprovado ontem no Senado. O PLC 38/2013, do deputado Armando Vergílio (SDD-GO), estabelece conceitos de desmontagem, de empresa de desmontagem e fixa regras para o exercício dessa atividade. Segundo a proposta, as empresas do setor devem se dedicar exclusivamente à atividade de desmontagem. Têm ainda que estar registradas nos órgãos estaduais de trânsito.

A oferta e a apresentação de peças devem assegurar ao comprador informações claras e suficientes sobre a procedência e condições do produto. O projeto estabelece que um carro só poderá ser desmontado depois de expedida a certidão de baixa do registro (emitida pelo Detran quando o veículo é considerado irrecuperável).

Está prevista também a criação de um banco nacional de dados sobre os carros desmontados, as atividades exercidas pelas empresas do setor e sobre as peças ou os conjuntos destinados à reposição. A proposta cobra ainda o registro das peças que virarem sucata. A implementação, gestão e alimentação desse banco de dados será responsabilidade



Pelo projeto, empresas de desmontagem devem ter dedicação exclusiva e estar registradas nos órgãos de trânsito

do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que terá também a função de disciplinar os critérios para a verificação das condições das peças usadas, os requisitos de segurança e a lista das peças que não podem ser usadas para reposição.

Se o projeto for sancionado e virar lei, as regras vão entrar em vigor um ano após a publicação. As empresas terão que se adequar à nova lei em até três meses. Também ontem, antes de ir para Plenário, a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tramitação

O PLC 38/2013 tramitou com o PLS 352/2012, de Kátia Abreu (PMDB-TO), que torna

obrigatória a baixa de veículo irrecuperável, definitivamente desmontado, vendido ou leiloado como sucata. Mas o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), rejeitou a proposta porque o Regimento Interno do Senado dá precedência a projeto da Câmara no caso de tramitação em conjunto.

Para Jucá, o aspecto ambiental é outro ponto positivo. “Ao criar condições para o máximo aproveitamento de componentes automotivos de forma lícita, o projeto favorece a ampliação da vida útil de determinadas peças e, conseqüentemente, a redução do volume de sucatas e da quantidade de descartes irregulares ou inadequados ao meio ambiente”, diz.

O senador também observa

que o Congresso chegou a aprovar projeto com a mesma finalidade anteriormente (PLS 372/2005), mas que foi vetado pela presidente Dilma por “não apresentar parâmetros técnicos mínimos para definir que tipos de peças usadas poderiam ou não ser comercializadas no mercado de reposição e por não assegurar o controle de qualidade da comercialização”. No caso do projeto atual, o relator acredita que não haverá problemas. “Ao remeter ao Contran a tarefa de regulamentar aspectos críticos da atividade de desmontagem de veículos, o PLC 38/2013 também evita, acertadamente, abordar minudências incompatíveis com a generalidade própria das leis”, explica.

Exame genético só com consentimento prévio

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem novas condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos, com destaque para a exigência de consentimento prévio, livre e informado da pessoa a ser periciada ou de representante legal para a realização de testes de determinação de vínculo genético, como o de paternidade (DNA).

As novas regras constam de projeto de lei da Câmara (PLC 44/2012) que será votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Por sugestão da relatora, Kátia Abreu (PMDB-TO), autorização judicial poderá substituir o consentimento



Kátia Abreu afirma que anuência atende exigência constitucional

prévio do periciado, desde que a realização dos exames seja do seu melhor interesse. Isso só será possível, ainda, se o indivíduo que fornecerá o material genético não estiver em condições de expressar consentimento nem contar com representante legal.

Constitucional

“No Brasil, não há lei que constranja alguém a submeter-se a exame de tal natureza e, ainda que houvesse, não estaria de acordo com outros princípios e garantias estabelecidos na Constituição”, observa Kátia Abreu.

A relatora na CCJ também eliminou dispositivo que pretendia restringir ao profissional médico a manipulação desses dados para fins de aconselhamento genético. Ela decidiu suprimir essa “reserva de mercado” por considerá-la contraditória. Segundo ressaltou, o PLC 44/2012 reconhece o direito de profissionais graduados em qualquer das ciências da vida humana — desde que detenham a exigida especialização — assinarem laudos, atestados e resultados de exames provenientes da análise de material genético humano.

STF mantém demissão de ex-diretor de RH da Casa

Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou ontem o Mandado de Segurança 28.538, impetrado pelo ex-diretor da Secretaria de Recursos Humanos do Senado João Carlos Zoghbi contra ato do presidente da Casa, de novembro de 2009, que causou sua demissão. A penalidade foi aplicada

após ter sido constatado, em processo administrativo disciplinar, que Zoghbi se valeu do cargo para lograr proveito próprio, atuando na intermediação de empréstimos consignados para servidores. Ele teria utilizado uma “laranja” na empresa Contact, que intermediava convênios com a Casa. Os contratos ainda

violavam regra do Senado pela qual o valor dos empréstimos consignados não poderia ser superior a 30% do valor dos vencimentos do contratante.

Dos oito pedidos constantes do mandado de segurança, sete se referiam a questões processuais que, segundo o autor, ensejariam nulidade do processo. Entre elas, alegou-

-se cerceamento da defesa, prejulgamento das acusações e parcialidade de membro da comissão de sindicância e das testemunhas arroladas.

Entretanto, o relator, ministro Marco Aurélio, afastou todas as alegações.

(Com informações da Secretaria de Comunicação Social do STF)

Lídice da Mata sugere criação de CPI sobre violência urbana

O Brasil, com apenas 2,8% da população mundial, é responsável por 11% de todos os homicídios registrados no mundo, disse Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora apresentou esses dados de estudo da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela observou que o documento da ONU registra tímidos avanços no país, como a redução das taxas de homicídios no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Na visão da senadora, a sociedade e o governo precisam discutir a desmilitarização e a unificação das polícias. Lídice chegou a sugerir uma CPI com foco na violência urbana e pediu que a segurança pública seja colocada em debate nas campanhas eleitorais.



Lídice manifesta preocupação com a taxa de homicídios no Brasil

Paulo Paim pede votação de regras de prevenção de incêndios

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem urgência na tramitação do projeto que estabelece diretrizes para a prevenção e o controle de incêndios e desastres. Para destacar a importância da proposta, já aprovada pela Câmara, o senador lembrou o impacto nacional da tragédia na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que matou 242 pessoas, e a precariedade dos sistemas de combate a incêndios. Ele lamentou que o projeto esteja sendo tratado de forma corriqueira.

— Infelizmente, o Brasil tem a tradição de, passado o impacto inicial provocado pelas grandes tragédias, voltar logo depois à rotina, como se nada tivesse acontecido — afirmou.



Para Paim, não se pode esquecer a tragédia do incêndio da boate Kiss

Rosa Weber determina criação de CPI exclusiva

Ministra do STF acatou mandado de segurança apresentado pela oposição e rejeitou ação da base governista sobre CPI da Petrobras. Decisão deve ser analisada pelo Pleno do Supremo

A MINISTRA DO Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber decidiu ontem à noite, em decisão liminar (provisória), pela criação de uma CPI exclusiva para investigar denúncias de irregularidades na Petrobras, conforme requerimento inicialmente entregue à Mesa do Senado. A informação é da Agência Brasil.

Rosa Weber acolheu o mandado de segurança apresentado por senadores de oposição e rejeitou o impetrado pela senadora da base governista Ana Rita (PT-ES). A decisão deverá ser analisada pelo Pleno do STF.

No dia 8 de abril, inconformados com a decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de criar uma CPI ampliada, que investigaria também denúncias relacionadas ao metrô de São Paulo e ao Porto de Suape, em Pernambuco, parlamentares oposicionistas entraram com o recurso no Supremo.

O objetivo, segundo eles, era o de manter o foco das investigações na estatal do petróleo e garantir o pleno funcionamento do instrumento constitucional das CPIs.

A oposição quer uma CPI para investigar quatro denúncias: o alegado prejuízo na aquisição da refinaria de Pasadena (Texas), comprada por mais de US\$ 1,2 bilhão da belga Astra Oil; suspeitas de pagamento de propina para obtenção de contratos com a estatal brasileira; procedimentos que podem ter comprometido a segurança de trabalhadores e de plataformas; e o custo de refinarias em construção no Brasil.

O governo, no entanto, alega que as denúncias já são investigadas pelo Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), além de pela própria Petrobras. E propôs acrescentar à CPI investigação sobre contratos relativos aos trens e metrô de São Paulo e



A ministra Rosa Weber analisou mandado de segurança da oposição por 15 dias

do Distrito Federal e ao Porto de Suape, em Pernambuco, além de contratos na área de tecnologia da informação. Para a oposição, havia o interesse de enfraquecer as buscas sobre má gestão na Petrobras.

A falta de acordo entre oposição e governo acabou chegando ao STF. Depois do mandado de segurança apresentado pelos oposicionistas, a senadora Ana Rita impetrou outro mandado pedindo a extinção da CPI exclusiva por entender que os fatos alegados

pela oposição não teriam conexão entre si.

Ontem, em seu perfil no Facebook, o senador oposicionista Aécio Neves (PSDB-MG) comentou a decisão da ministra dizendo que a liminar respeita o Regimento do Senado e engrandece o Supremo Tribunal Federal, "pois preserva o direito sagrado das oposições".

Mais cedo, antes da decisão de Rosa Weber, o senador governista Jorge Viana (PT-AC) avaliou que há dois caminhos

diante da determinação de instalar a CPI exclusiva: um recurso para levar a decisão ao Plenário do STF ou a votação, no Plenário do Senado, do parecer da CCJ que recomenda a CPI ampla.

Em discurso, ontem, o senador da oposição Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a compra da refinaria em Pasadena desfez o mito de boa gerente da presidente Dilma Rousseff. Ele citou ranking da empresa de consultoria IHS segundo o qual, de 2009 a 2014, entre as dez maiores empresas de energia do mundo, a Petrobras foi a única cujo valor de mercado caiu.

Para ele, o governo administra mal, gastando mais do que arrecada. Ele disse que os 39 ministérios tornam a máquina pública do país cara e ineficiente. Flexa afirmou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, faz previsões que não se concretizam e coloca em risco os fundamentos da economia, como o controle da inflação.

Empresários defendem esforço pela redução do custo Brasil

O BRASIL TERÁ de se tornar mais competitivo no mercado internacional ao mesmo tempo em que se prepara para maior abertura do próprio mercado. Essa foi a principal mensagem transmitida ontem aos membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) por empresários da Coalizão para a Competitividade da Indústria de Transformação, durante café da manhã no Senado. O tema do encontro foi o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia.

Até o fim de maio, representantes dos dois blocos econômicos tentarão um acordo de



Empresários apresentam preocupações em reunião com representantes no Parlasul

livre comércio. Caso haja consenso, haverá um prazo de 15 anos até que 90% do comércio entre os blocos se torne livre de tarifas. Esse prazo, segundo representantes da indústria,

será fundamental para que se reduza o custo Brasil, que diminui a competitividade da indústria devido à alta tributação, à complicada burocracia e à precária infraestrutura.

— Se hoje entrássemos no ringue para uma luta greco-romana, seríamos como um lutador com febre e pé quebrado enfrentando o gigante europeu. Como a luta vai começar mesmo em 15 anos, precisamos enfrentar o custo Brasil — disse o presidente eleito da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Carlos Pastoriza.

O presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado Newton Lima (PT-SP), considerou a negociação do acordo uma "oportunidade extraordinária". Ele concordou com os empresários, no

entanto, sobre a necessidade de dar maior competitividade à indústria nacional.

Vice-presidente da representação, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) observou, durante o debate, que, no caso da negociação entre os dois blocos econômicos, "não há oposição ou situação", mas sim a defesa dos interesses brasileiros. Para ele, é preciso criar uma "relação comercial duradoura", com regras estáveis, para não impor dificuldades aos empresários. Também participaram da reunião os senadores Wilder Moraes (DEM-GO) e Ana Amélia (PP-RS).

Aprovado embaixador nos Emirados Árabes Unidos

O Senado aprovou ontem a indicação de Paulo Cesar Meira de Vasconcelos para o cargo de embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.



alguns países pela falta de acordos para evitar a bitributação, como os Emirados Árabes e Cingapura.

Ele defendeu o aproveitamento do grande potencial de

investimentos do fundo soberano de Abu Dhabi, o maior dos emirados, que tem cerca de US\$ 800 bilhões. Segundo o diplomata, esse fundo teria interesse em investir em infraestrutura no Brasil.

Os emirados são Abu Dhabi, Dubai, Sharjah, Ajman, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah e Fujairah.

Inácio Arruda: 7º Fórum Urbano mostrou reinvenção de Medellín

Inácio Arruda (PCdoB-CE) relatou participação este mês no 7º Fórum Mundial Urbano, em Medellín, na Colômbia. O senador informou que o fórum, organizado pela UN-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), teve mais de 25 mil inscritos de 164 países e é o maior evento mundial sobre políticas urbanas. De acordo com ele, Medellín é exemplo de reinvenção urbana.

— A cidade é limpa, com povo educado. Medellín



superou problemas gravíssimos, como o tráfico de drogas, que foi uma marca da cidade por muitos anos — registrou o senador, na terça.

De acordo com Inácio, o evento permitiu o debate sobre a função social da propriedade, os serviços de saneamento, a energia e a mobilidade urbana. Ele acrescentou que a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e o deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA) também participaram do fórum.

Indicados para duas embaixadas serão sabatinados hoje

Dois diplomatas serão sabatinados hoje pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Carmen Lúcia Richter Ribeiro Moura é indicada para as embaixadas da Bulgária e da Macedônia. Já Marcos Vinicius Pinta Gama é indicado para a embaixada do Brasil na Suécia e, cumulativamente, na Letônia.

Também deverá ser votado pela CRE pedido de Alvaro Dias (PSDB-PR) para que o chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado seja convidado a discutir as crises na Ucrânia e na Venezuela.